

Pedagogo: a caminho do *incondicionado*

André Baggio*

Resumo

Em 22 de abril de 1724, nascia Immanuel Kant, cuja obra é uma síntese dos pensadores antecessores e ponto de referência de reflexões do século XIX e XX. Neste ensaio, analisamos o seu imperativo categórico: “Age apenas segundo uma máxima tal que possas ao mesmo tempo querer que ela se torne lei universal”. Essa hermenêutica de Kant é realizada através do viés da leitura de Godmann na *Origem da dialética: a comunidade humana e o universo em Kant*.

Palavras-chave: incondicionado, essência, ética.

* Filósofo, Doutor em Educação, professor da Universidade de Passo Fundo, onde ministra as disciplinas de Filosofia da Educação, na graduação, e Novos Paradigmas e Educação, no mestrado em Educação.

Nenhum pensador mantém os interesses das gerações futuras por acaso. Somente os que conseguiram ultrapassar o sentimento e os aspectos restritos de sua cultura atingiram o comum do humano, algo de essencial. Isso é o que leva outros pensadores, em contextos diferentes, a retornarem a textos tão antigos como os mitos, por exemplo. Kant é desses pensadores que justificam o retorno à sua obra, cuja releitura é possível em razão desse caráter universalizante.

Este trabalho tem o objetivo de buscar em Kant, especialmente na sua ética, exposta em *Crítica da razão prática* e em *Fundamentação da metafísica dos costumes*, pressupostos à tarefa pedagógica visando superar os limites do presente. Minha leitura de Kant está condicionada por leitura anterior, feita por Goldmann na *Origem da dialética: a comunidade humana e o universo em Kant*. Foi estudando Goldmann que descobri novo viés da filosofia kantiana, até então dissimulado para mim, isto é, a possibilidade e a necessidade do *incondicionado*. “Pero el hombre tiene por naturaleza tan grande inclinación a la libertad [...]. Es preciso desbastar la incultura del hombre a causa de su inclinación a la libertad” (Kant, 1983, p. 31s).

O que seria a essência da educação? Falar em essência, em verdade, hoje é quase uma heresia. Mas tendo consciência de que a filosofia está mais voltada às implicações e interesses das teorias e práticas que à revelação de verdades e essências, ainda que no passado a filosofia tenha tido esse interesse, penso ser possível perguntar sobre a essência, a verdade, o universal.

Para responder a essa questão, é preciso recorrer a uma dimensão ética da edu-

cação, isto é, em que medida a educação está comprometida eticamente? Essa eticidade é a busca do essencial para o comportamento humano, o obrigatório, ou, como quer Kant: o incondicionado. “Kant pondera que o bom deve ser algo incondicionado, sem restrição alguma; isto é, não depende de circunstâncias ou condições que escapem ao nosso controle e tampouco das conseqüências de nossos atos” (Vázquez, 1987, p. 142).

Na *Razão pura*, o tema dominante está em estabelecer os limites, as possibilidades do conhecimento, ao passo que na *Razão prática* superam-se os limites da razão teórica, limitada ao fenômeno, abrindo as portas proibidas no *númeno* (*noumenon*, greg.: noção kantiana, o real). Goldmann resume a tarefa kantiana no combate a duas linhas de pensamento:

a) o uso transcendental das categorias, a idéia de que a faculdade humana de conhecer, tal como ela existe e sem modificação qualitativa, possa atingir o absoluto, ilusão de toda metafísica dogmática; b) o empirismo cético, a afirmação contrária, segundo a qual o incondicionado, a totalidade em geral, seria irreal e inacessível a qualquer conhecimento que seja. Neste caso, qualquer aspiração por um estado mais elevado não teria sentido, as idéias especulativas perderiam sua significação reguladora, os postulados práticos perderiam sua significação prática (Goldmann, 1967, p. 172).

Kant escreveu sua crítica ao empirismo no “Prefácio à segunda edição” da *Crítica da razão pura*, a sua *revolução copernicana*, reconhecendo que, até então, “o conhecimento tinha que se regular pelos objetos”, mas que o melhor era admitir “que os objetos têm que se regular pelo nosso conhecimento, o que concorda melhor com a requerida possibilidade de um conhecimento *a priori* dos objetos que deve estabelecer algo sobre os mesmos antes de nos se-

rem dados” (Kant, 1983, p. 12). Assim, Kant busca fugir no campo do conhecimento das limitações impostas pelo empirismo e das ilusões metafísicas.

No campo prático, Kant desafia-nos ao incondicionado, à autonomia *versus* a heteronomia, da defesa do agir conforme o *imperativo categórico*, que está descrito na *Fundamentação da metafísica dos costumes* como sendo: “Age apenas segundo uma máxima tal que possas ao mesmo tempo querer que ela se torne lei universal” (Kant II, 1980, p. 129). Isso representa uma séria crítica ao individualismo burguês, em que cada um procura a melhor maneira de extrair vantagens pessoais sobre os demais, ao mesmo tempo em que responsabiliza o indivíduo por seus atos para com toda a humanidade.

Para que isso ocorra, faz-se necessário adquirir um estado de autonomia. Kant apresenta seu imperativo categórico também na *Crítica da razão prática* no início do parágrafo 7º, como *lei fundamental da razão prática*, e no parágrafo 8º, sobre a *autonomia da vontade versus a heteronomia*, numa ligação sequencial entre as temáticas. “A vontade é autônoma, quando dá a si mesma sua própria lei; é heterônoma, quando recebe passivamente a lei de algo ou de alguém que não é ela mesma” (Morente, 1980, p. 257).

Esses são pressupostos da filosofia kantiana à pedagogia que busca o incondicionado; pressupostos à superação das limitações que a realidade impõe e dos limites do homem atual, no sentido de homem da humanidade; pressupostos sem os quais estaríamos fadados a práticas educativas imediatistas e interesseiras (egoístas, contrárias ao comportamento ético). Na sua

Pedagogia, Kant faz dura crítica aos responsáveis pela educação, governo e pais:

Un principio de arte de la educación, que em particular debíam tener presente los hombres que hacen sus planes es que no se debe educar los niños conforme al presente, niño conforme a un estado mejor, posible en lo futuro, de la especie humana; es decir, conforme a la idea de humanidad y de su competente destino. Este principio es de la mayor importancia.

Los padres, en general, no educan a sus hijos más que en vista del mundo presente. Aunque esté muy corrompido. Deberían, por el contrario, educarles para que más tarde pudiera producirse en estado mejor. Pero aquí se encuentran dos obstáculos: a) Los padres sólo se preocupan, ordinariamente, de que sus hijos prosperen en el mundo, y b) los príncipes no consideran a sus súbditos más que como instrumentos de sus deseos.

Los padres, cuidan de la casa; los príncipes, del Estado. Ni unos ni otros se ponen como fin un mejor mundo (*Weltbest*), ni la perfección a que está destinada la humanidad y para lo cual tiene disposiciones. Las bases de un plan de educación han de hacerse cosmopolitamente (Kant, 1983, p. 36).

É partindo de textos como esse que se pode perguntar sobre o que deve ser a essência da educação. Esse fundamento está na dimensão ética da filosofia kantiana. Nesse sentido é que aparece o imperativo categórico como necessidade ética, como desafio a uma prática que transcenda o egoísmo e as finalidades imediatistas. Esse imperativo é, para Kant, um imperativo prático: “Age de tal maneira que uses a humanidade, tanto na tua pessoa como na pessoa de qualquer outro, sempre e simultaneamente como fim e nunca simplesmente como meio” (Kant, 1980, p. 135).

O imperativo é o agir eticamente de acordo com o imperativo e não por causa dele, à semelhança da *revolução* efetuada no campo do conhecimento, invertendo a ordem sujeito-objeto do pensamento tradicional (objeto-sujeito) em que o sujeito *girava* em tor-

no do objeto. No campo da moral, o sujeito deve ser o autor da própria lei, autonomia, e não dominado por algo externo, heterodoxia. “O mandamento ou dever que deve ser cumprido é incondicionado e absoluto; ou seja, o que a boa vontade ordena é universal por sua forma e não tem um conteúdo concreto: refere-se a todos os homens em todo o tempo e em todas as circunstâncias e condições. Kant chama de imperativo categórico a esse mandamento” (Vázquez, 1987, p. 250).

Destaco ainda que o propósito de Kant não é somente formal, como se poderia pensar, pois o modo como estabelece sua fórmula já está determinando, conseqüentemente, o conteúdo, numa relação dialética em que não mais se pode tratar separadamente forma e conteúdo. A sociedade desejada por Kant, permanecendo como desafio válido, é semelhante ao desafio do “super-homem” de Nietzsche, a caminho do homem autônomo pertencente ao “reino dos fins”:

Por esta palavra *reino* entendo eu a ligação sistemática de vários seres racionais por meio de leis comuns. Ora, como as leis determinam os fins segundo a sua validade universal, se se fizer abstração das diferenças pessoais entre os seres racionais e de todo o conteúdo dos seus fins particulares, poder-se-á conceber um todo do conjunto dos fins [...]. Isto responsabiliza a todos, pois segundo a máxima kantiana não há o legislador do reino, *o dever não pertence ao chefe no reino dos fins, mas sim a cada membro e a todos em igual medida* (Kant, 1980, p. 139).

Mas seria *lógico*, razoável, pensarmos nesta *utopia* kantiana?

Kant demonstra que os limites do conhecimento estão no mundo fenomênico, mas isso é para o entendimento; já a *razão* (*Vernunft*) direciona-se para a questão do incondicionado; é o momento da unidade racional do espírito. “Esta, como pura atividade própria, está ainda acima do enten-

dimento (*Verstand*) no sentido de que [...] mostra a mais elevada função na distinção que estabelece entre mundo sensível e mundo inteligível, marcando também assim os limites ao próprio entendimento” (Kant, 1980, p. 153). Assim, a busca do incondicionado não é algo proibido em Kant, mas meta, desejo. Ainda que não possamos conhecer o nùmeno, “se não podemos conhecer esses mesmos objetos como coisas em si mesmas, temos pelo menos que poder pensá-los” (Kant, 1983, p. 16).

O mundo presente é para ser superado, “o que nos impele necessariamente a ultrapassar os limites da experiência e de todos os fenômenos é o incondicionado; nas coisas em si mesmas, a razão exige o último necessariamente e com todo o direito para todo o condicionado, e mediante tal a completude da série das condições” (Kant, 1983, p. 13). Essa afirmação de Kant derruba a pretensão de se determinar o absoluto, o incondicionado como predestinação mecânica e dogmática, mas este “impacto filosófico da esperança do Último Dia não se limita à destituição de nossa hybris racional. Ela é fonte de afirmação no próprio núcleo dessa espécie de agnosticismo em matéria de filosofia da história” (Ricoeur, 1968, p. 17).

A vontade de “ultrapassar os limites da experiência e de todos os fenômenos” condiciona a resposta à questão: que devo fazer? Segundo Goldmann, para Kant, só tem uma significação: “Que devo fazer para a realização do absoluto, a totalidade perfeita, o conhecimento do universo e o reino dos fins? Pois este é o único sentido autêntico da vida humana, que pode elevá-la acima do físico e do biológico” (Goldmann, 1967, p. 182).

Essa busca de um estado futuro melhor, perfeito, tem efeito não só para as futuras gerações, mas uma qualidade de vida melhor no presente dá sentido à vida pessoal. É essa abertura ao futuro que faz de Kant um filósofo *vivo*, por inserir no criticismo uma perspectiva de filosofia da história, não limitando a análise das *coisas* do seu tempo. Faz isso, mas deseja mais: deseja encontrar o incondicionado, espera por uma situação superadora das deficiências contemporâneas. “O filósofo da história é um combatente. Um combatente que luta por uma comunidade humana ideal, por uma vida superior e autêntica” (Goldmann, 1967, p. 228).

Uma educação a caminho do incondicionado é idealista, utópica. Mas, sem esses desejos, o que sobrará como objetivo às práticas pedagógicas? Que motivadores moveriam os educadores sem perspectiva de futuro, de sociedade harmônica? Surpreendentemente, para alguns, Kant é quem escreve:

O verdadeiro entusiasmo tem sempre um elemento ideal, quer dizer, puramente moral, pelo objeto, conforme ao conceito de direito, e não pode fazer parte de um interesse egoísta. Apesar das recompensas em dinheiro, os adversários dos revolucionários não puderam se elevar até o zelo e a grandeza de alma que o simples conceito de direito acorda nestes, e mesmo o conceito de honra da velha nobreza guerreira (um equivalente do entusiasmo) se evaporou ante as armas daqueles que tinham em vista o direito do povo, do qual faziam parte, e se consideravam defensores desse direito; e o público que contemplava de fora simpatizava com essa exaltação, mesmo quando sem a menor intenção de participação ativa (Kant apud Goldmann, 1967, p. 243).

A história do pensamento humano é repleta de nomes unidos pela condição de pensar além das limitações presente, como Platão, Santo Agostinho, Hegel, Marx, Teilhard de Chardin..., que, apesar dessas

limitações, conseguiram extrapolar o pensamento convencional e desejar uma humanidade melhor, nova síntese, república perfeita, reino de Deus, estado de maturidade, comunismo, socialização, mundo da cultura, ou, no dizer kantiano, supra-sensível, soberano bem, totalidade, *universitas*, númeno, coisa em si, intelecto arquétipo, vontade santa... o incondicionado. “La aproximación de la naturaleza humana a su fin, sólo es posible mediante los esfuerzos de las personas de sentimientos bastantes grandes para interesarse por mundo mejor, y capaces de concebir la idea de um estado futuro más perfecto” (Kant, 1983, p. 37s).

Há um caminho à humanidade, o desafio pedagógico, é o caminho na direção do incondicionado. Para isso, devem-se criar as melhores condições naquilo que nos é acessível: “a) teoricamente, um conhecimento experimental coerente e b) praticamente, uma vida conforme ao imperativo categórico” (Goldmann, 1967, p. 111). No campo da educação, é pensar uma pedagogia voltada para o homem autônomo, que é a idéia da liberdade como imprescindível para Kant.

Noto ainda que o retorno a Kant não é feito sem se saber dos mecanismos de *controle* e formação da consciência, o que não elimina o desafio kantiano; ao contrário, torna-o ainda maior e igualmente necessário. “Kant abriu caminho para uma filosofia nova que, reunindo a idéia cristã da limitação do homem com a imanência dos pensadores da antiguidade e dos séculos XVII e XVIII, concebia o mundo inteligível, a totalidade, como tarefa humana, como objeto do destino autêntico do homem e produto de sua ação” (Goldmann, 1967, p. 250).

Qual é a essência de nossas práticas educativas? Qual é a ética a nos indicar

caminhos? O desafio kantiano visa a uma humanidade de paz, onde reine a liberdade e onde todos sejam responsáveis; onde não haja lugar para o individualismo burguês (egoísta), mas que essa paz não seja fruto do medo e, sim, resultado dum relacionamento segundo o *imperativo*. Nessa concepção, as pessoas não usarão umas às outras como meio de usufruir vantagens em detrimento de outros, pois

se numa cidade os súditos não tomam as armas porque estão dominados pelo terror, deve-se dizer, não que aí reina paz, mas antes, que a guerra aí não reina. A paz, com efeito, não é simples ausência de guerra, é uma virtude que tem a sua origem na força da alma, pois que a obediência é uma vontade constante de fazer o que, segundo o direito comum da cidade, deve ser feito. Uma cidade, é preciso dizê-lo ainda, em que a paz é efeito da inércia dos súditos conduzidos como um rebanho e formados unicamente na servidão, merece mais o nome de solidão que o de cidade (Espinosa, 1979, p. 322).

Referências

- GOLDMANN, Lucien. *Origem da dialética: a comunidade humana e o universo em Kant*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.
- KANT, Emmanuel. *Crítica da razão prática*. Rio de Janeiro: Ediouro [s.d.].
- _____. *Pedagogia*. Madrid: Akal, 1983.
- MORENTE, Manuel Garcia. *Fundamentos preliminares de filosofia*. São Paulo: Mestre Jou, 1980.
- NIETZSCHE, Friedrich. *Assim falava Zaratustra*. Rio de Janeiro: Ediouro [s.d.].
- OS PENSADORES. *Kant (I)*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- _____. *Kant (II)*. São Paulo: Abril Cultural, 1980.
- _____. *Espinosa*. São Paulo: Abril Cultural, 1979.
- RICOEUR, Paul. *História e verdade*. Rio de Janeiro: Forense, 1968.